Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 273: AÇÃO CIVIL PÚBLICA II 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 273 Brasília, 30 de janeiro de 2026

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 05/12/2025.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 273: AÇÃO CIVIL PÚBLICA II

1. Prevalecem sobre quaisquer outras normas locais, primárias ou secundárias, legislativas ou administrativas, as seguintes competências de foro: i) em regra, do local do dano, para ação civil pública (art. 2º da Lei n. 7.347/1985) (Tese julgada sob o rito do art. 947 do CPC - IAC n. 10).

Julgados: ; AgInt no REsp 1684878/PR, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 13/09/2024; ;; AgInt no REsp 1984658/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 22/03/2023; ; REsp 1896379/MT, Rel. Min. OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 13/12/2021; ; REsp 1903920/MT, Rel. Min. OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 13/12/2021; ; AgInt no REsp 1883545/DF, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 07/10/2021; ; AgInt no REsp 1625700/AC, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 11/12/2020; Rcl 49261/PR (decisão monocrática), Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, Primeira Seção, publicado em 03/07/2025

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 510 e 718) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

2. A liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC) (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - Tema n. 480).

Julgados: ; AgInt no AREsp 2981328/MS, Rel. Min. TEODORO SILVA SANTOS, SEGUNDA TURMA, DJEN 22/12/2025; ;; AgInt no AREsp 239290/MG, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJEN 19/12/2025; ; AgInt nos EDcl no REsp 2192433/AL, Rel. Min. MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJEN 19/12/2025; ; REsp 2051465/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, TERCEIRA TURMA, DJEN 16/10/2025; ; AREsp 2343272/RJ, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJEN 26/09/2025; ; CC 211202/MT, Rel. Min. DANIELA TEIXEIRA, SEGUNDA SEÇÃO, DJEN 15/09/2025; ; REsp 1243887/PR, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, DJe 12/12/2011

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 794) (Vide Jurisprudência em Teses N. 25 - TEMA 7) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

3. Prescreve em cinco anos o prazo para a propositura de ação civil pública em que se discute direitos relativos a planos de saúde, por analogia ao prazo definido na ação popular, em razão da falta de dispositivo legal específico e por ambas integrarem o microssistema de proteção dos interesses transindividuais.

Julgados: ; EDcl no AREsp 615931/BA, Rel. Min. DANIELA TEIXEIRA, TERCEIRA TURMA, DJEN 25/09/2025; ; AgInt no AgInt no AREsp 615931/BA, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 05/11/2024; ; AgInt no REsp 1960656/SP, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 22/06/2022; ; AgInt no REsp 1807990/SP, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 24/04/2020; ;; AgInt nos EDcl no REsp 1663747/SP, Rel. Min. LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe 19/03/2018; ; REsp 1473846/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 24/02/2017

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 671)

4. A sentença proferida em ação civil pública que trate de direitos individuais homogêneos, inclusive o de fornecimento de medicamentos, possui efeito *erga omnes* e beneficia todos os pacientes que comprovem o enquadramento nas condições estabelecidas na decisão.

Julgados: AgInt no REsp 1946231/SC, Rel. Min. PAULO SÉRGIO DOMINGUES, PRIMEIRA TURMA, DJe 29/02/2024; ; AgInt no REsp 1377135/SC, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 13/05/2022; ; AgInt no REsp 1549608/SC, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 22/11/2017; ; AgInt no REsp 1378579/SC, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 22/05/2017; AREsp 2974880/MS (decisão monocrática), Rel. Min. TEODORO SILVA SANTOS, Segunda Turma, publicado em 03/10/2025; REsp 1908355/SC (decisão monocrática), Rel. Min. AFRÂNIO VILELA, Segunda Turma, publicado em 05/08/2025

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 5 - Edição Especial) (Vide Jurisprudência em Teses N. 168 e N. 168 - TEMA 3)

5. A sentença que julga improcedente o pedido feito em ação civil pública se sujeita à remessa oficial, por aplicação subsidiária do art. 19 da Lei n. 4.717/1965.

Julgados: ; AgInt no REsp 1995113/MG, Rel. Min. PAULO SÉRGIO DOMINGUES, PRIMEIRA TURMA, DJEN 28/08/2025; ; AgInt no AREsp 2682006/AM, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEGUNDA TURMA, DJEN 17/02/2025; ;; REsp 1578981/MG, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 04/02/2019; ; Rcl 9152/PR, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 05/09/2016; REsp 2203915/SP (decisão monocrática), Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, publicado em 05/11/2025; REsp 2061629/AP (decisão monocrática), Rel. Min. TEODORO SILVA SANTOS, Segunda Turma, publicado em 07/06/2024

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 395)

6. É inaplicável o princípio da simetria nas ações civis públicas ajuizadas por associações ou fundações privadas, portanto deve o réu vencido arcar com honorários sucumbenciais.

Julgados: EREsp 1304939/RS, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, CORTE ESPECIAL, DJEN 30/10/2025; ; EREsp 1987688/PR, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, CORTE ESPECIAL, DJEN 30/10/2025; ; AREsp 2423238/PR, Rel. Min. DANIELA TEIXEIRA, TERCEIRA TURMA, DJEN 18/09/2025; ; AgInt nos EDcl no REsp 2089648/DF, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJEN 05/09/2025; ; AgInt no AREsp 2490036/GO, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 04/10/2024; ; AgInt nos EDcl no AREsp 2037749/RJ, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 21/09/2022

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 806 e 730)

7. Em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público ou por ente público, pelo princípio da simetria, não é cabível a condenação da parte ré ao pagamento de honorários advocatícios, salvo se comprovada má-fé.

Art. 18 da Lei n. 7.347/1985.

Julgados: ; EREsp 1304939/RS, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, CORTE ESPECIAL, DJEN 30/10/2025; ;; REsp 2133207/MG, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJEN 29/08/2025; ; EDcl no REsp 1820164/ES, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 01/07/2021; ; REsp 1626997/RJ, Rel. Min. MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 04/06/2021; ; AgInt no REsp 1762284/SC, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 11/02/2021; ; AgInt no REsp 1829391/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 09/10/2020

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 738 e 404) (Vide Jurisprudência em Teses N. 188 - TEMA 7, N. 129 - TEMA 7 e N. 25 - TEMA 1)

8. Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor no processo de conhecimento da Ação Civil Pública quando esta se fundar em responsabilidade contratual, cujo inadimplemento já produza a mora, salvo a configuração da mora em momento anterior (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - Tema n. 685).

Julgados: ; AREsp 2254154/BA, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJEN 18/12/2025; ;; AREsp 2694951/RS, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJEN 15/12/2025; ; REsp 2227132/MG, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJEN 16/10/2025; ; REsp 2051465/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, TERCEIRA TURMA, DJEN 16/10/2025; ; AREsp 2572859/MT, Rel. Min. DANIELA TEIXEIRA, TERCEIRA TURMA, DJEN 22/08/2025; ; REsp 1773361/SP, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJEN 12/05/2025

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 549) (Vide Pesquisa Pronta) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

9. É possível a declaração incidental de inconstitucionalidade de leis ou de atos normativos, em ação civil pública, quando a controvérsia constitucional figurar como causa de pedir ou questão prejudicial indispensável à resolução do pedido principal.

Julgados: REsp 2144761/MG, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEGUNDA TURMA, DJEN 15/12/2025; ; AgInt no REsp 2120720/MG, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJEN 27/11/2025; ; AgInt no AREsp 2615977/RJ, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEGUNDA TURMA, DJEN 15/09/2025; ; REsp 1997744/TO, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA TURMA, DJEN 02/07/2025; ; AgInt no REsp 1848418/RS, Rel. Min. AFRÂNIO VILELA, SEGUNDA TURMA, DJEN 03/06/2025; ; AREsp 2300223/SP, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 09/06/2023

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 187) (Vide Pesquisa Pronta)

10. Na ação civil pública por ato de improbidade administrativa é possível o prosseguimento da demanda para pleitear o ressarcimento do dano ao erário, ainda que sejam declaradas prescritas as demais sanções previstas no art. 12 da Lei n. 8.429/92 (Tese julgada sob o rito do art. 1.036 do CPC - Tema n. 1089).

Julgados: ; REsp 2227787/SC, Rel. Min. AFRÂNIO VILELA, SEGUNDA TURMA, DJEN 19/12/2025; ; EDcl no AgInt nos EREsp 1818514/SP, Rel. Min. PAULO SÉRGIO DOMINGUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJEN 12/11/2025; ; EDcl no REsp 1940837/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 28/06/2023; ;; AgInt no AREsp 1738822/SP, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 05/10/2022; ; REsp 1899407/DF, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 13/10/2021; ; REsp 1899455/AC, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 13/10/2021; ; REsp 1901271/MT, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 13/10/2021

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 710) (Vide Jurisprudência em Teses N. 38 - TEMA 7 e N. 38) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto) (Vide Repercussão Geral - Tema 0897)